



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SESSÃO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SESSÃO DE JULGAMENTO DE 08/11/2021 14:00

Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS

001) 0002931-86.2021.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Proposta de ato normativo.

Partes: Corregedoria-Geral da Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de alteração da Resolução CJF n. 50, de 16 de março de 2009, que regulamenta a requisição de magistrados e servidores para a Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

002) 0001531-71.2021.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Tipo da Matéria: Remuneração.

Partes: Rose Marie de Thuin (Requerente).

Descrição: Requerimento formulado por servidora do Conselho da Justiça Federal, no qual pleiteia que seja reconhecida a incidência da regra do teto remuneratório constitucional, fixada pelo Supremo Tribunal Federal, nos Recursos Extraordinários n. 602.043/ MT e n. 612.975/ MT.

003) 0003055-32.2021.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Servidores da Justiça Federal.

Partes: Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de alteração da Resolução CJF n. 502, de 8 de novembro de 2018, que dispõe sobre a Política de Segurança Institucional no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

004) 0003260-16.2020.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Agentes de Segurança.

Partes: Conselho da Justiça Federal (Interessado) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de resolução que dispõe sobre os tipos e o uso de uniformes e acessórios de identificação visual pelos(as) inspetores(as) e agentes da polícia judicial ativos lotados nas unidades de segurança institucional do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

005) 0000209-00.2019.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Tipo da Matéria: Imposto de Renda

Partes: Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE (Requerente) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Requerimentos apresentados pela Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE questionando a incidência e o método de cálculo do imposto de renda retido pelos Tribunais Regionais Federais quando do pagamento, em dezembro de 2020, da Parcela Autônoma de Equivalência PAE, relativa ao período de janeiro/1998 a setembro/1999, bem como pleiteando que o Conselho da Justiça Federal autorize os Tribunais Regionais Federais e Seções Judiciárias a emitirem DIRF retificada e comprovante de rendimentos retificado.

006) 0000272-38.2019.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Tipo da Matéria: Imposto de Renda.

Partes: Justiça Federal (Interessada) e Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Interessado).

Descrição: Requerimento formulado pela Divisão de Folha de Pagamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região solicitando a alteração de rubrica no Sistema Unificado de Rubricas de Pagamento de Pessoal SISUR, a fim de retirar a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte IRRF sobre os juros de mora que decorram do atraso no pagamento de remuneração, em razão da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n. 855091/RS.

Ministro VILLAS BÔAS CUEVA

007) 0000590-16.2019.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Pensão.

Partes: Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de resolução que dispõe sobre a concessão de pensão aos dependentes de magistrados e de servidores falecidos dos quadros do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

008) 0002591-49.2020.4.90.8000 - Consulta

Tipo da Matéria: Licença.

Partes: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Consulente), Justiça Federal (Interessada) e Marcelo Machado Carlini (Interessado).

Descrição: Consulta do Tribunal Regional Federal da 4ª Região acerca da compatibilidade, em face do Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional n. 95/2016 e da legislação correlata, da concessão de licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, a servidor para exercer mandato sindical, com manutenção do interessado em folha de pagamento mediante prévio repasse à Administração pela entidade sindical.

Ministro MARCO BUZZI

009) 0000264-98.2021.4.90.8000 - Reclamação para Garantia das Decisões (**VOTO-VISTA**)

Tipo da Matéria: Assistência à Saúde.

Partes: Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE (Requerente), Raimundo Cezar Britto Aragão (Advogado), Paulo Francisco Soares Freire (Advogado), Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Interessado), Conselho da Justiça Federal (Interessado) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Requerimento apresentado pela Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE, por meio do qual requer que o Conselho da Justiça Federal "adote medidas de monitoramento e fiscalização sobre a implantação de novos modelos de gestão da saúde pelos tribunais, visando, sobretudo, à possibilidade de manutenção do auxílio-saúde, caso assim o queira o servidor, de modo a preservar o teor da Resolução CJF n. 02/2008".

Juiz Federal **MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS**
Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal



Autenticado eletronicamente por **Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS**, Secretário-Geral, em 27/10/2021, às 17:09, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0276520** e o código CRC **E67D69E9**.